



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Terminou, recentemente, o prazo para a apresentação de candidaturas ao segundo concurso de habitação económica de 2013. Foram recebidos cerca de 42 mil boletins de candidatura para 1 900 fracções disponíveis, o que demonstra, mais uma vez, que é difícil adquirir uma casa em Macau. A candidatura a uma habitação económica é como um sorteio! A candidatura passa por diversas fases de avaliação, depois de aprovada passa por um período de espera até à assinatura do contrato-promessa de compra e venda, e mesmo depois de conseguirem ocupar a fracção, os residentes não ficam tranquilos, porque a Lei da Habitação Económica determina que os promitentes-compradores e os membros do seu agregado familiar não podem ser ou ter sido, nos cinco anos anteriores à data da apresentação da candidatura e até à data de celebração da escritura pública de compra e venda da fracção, promitentes-compradores ou proprietários de prédio urbano ou fracção autónoma com finalidade habitacional ou terreno na RAEM, e concessionários de terreno do domínio privado da RAEM, senão, haverá lugar à resolução do contrato.

A referida Lei determina que a habitação económica tem por finalidade apoiar os residentes a resolver os seus problemas habitacionais. No entanto, vários residentes vieram pedir-me apoio, afirmando que só conseguiram uma habitação económica dez anos depois da apresentação da respectiva candidatura, e que não sabiam que o contrato-promessa de compra e venda não equivale a uma escritura pública. Entretanto, os seus filhos, pertencentes ao agregado familiar, atingiram a idade para casar, fizeram-no, e compraram casa enquanto aguardavam a celebração da escritura pública, ora, isso pode



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

afectar a candidatura e, nos termos legais, resultar na resolução do contrato-promessa de compra e venda já celebrado. Isto é bastante injusto para os candidatos e para os restantes elementos do seu agregado familiar que esperaram por uma casa durante mais de dez anos.

Esta situação merece a nossa compaixão, pois não corresponde à intenção legislativa da referida lei, ou seja, apoiar os residentes a resolver os seus problemas habitacionais. São muitos os casos em que os elementos do agregado familiar continuam a satisfazer os requisitos, depois de excluídos os filhos entretanto casados. Ademais, a grande maioria deles já esperaram vários anos por uma habitação económica, por isso, perderam boas oportunidades para comprar uma casa no mercado privado. Para além disso, depois de conseguirem a sua casa económica, ainda fizeram obras de remodelação, compraram mobílias, pediram empréstimos ao banco, por isso, investiram muitos recursos financeiros e materiais. Agora, o Governo vai obrigá-los a sair das suas casas, colocando-os, indubitavelmente, numa situação ainda mais difícil do que a que tinham na altura em que apresentaram as suas candidaturas.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Perante estas situações, existem na Lei da Habitação Económica vigente vários aspectos que necessitam de aperfeiçoamento. Se a lei não for revista, mesmo que o Instituto de Habitação (IH) acelere o processo de celebração das escrituras públicas e aumente as acções de sensibilização, também não será possível reverter a regra geral, ou seja, os elementos do agregado familiar candidato à habitação económica vão continuar a constituir as suas famílias, vão passar pela velhice e doença



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

e acabar na morte, e vão continuar a existir situações em que as condições de acesso não vão estar reunidas em resultado de casamento e de herança patrimonial. O IH, enquanto entidade competente pela execução desta lei, deve proceder à respectiva revisão tendo em conta a realidade, permitindo que os elementos dos agregados familiares em causa sejam excluídos da lista sem se afectar o direito à habitação dos seus pais e irmãos, por exemplo, pode exigir-se aos restantes elementos uma nova avaliação da candidatura, por forma a assegurar que reúnem as condições exigidas. O Governo vai fazer isso?

2. Na reunião plenária de interpelação oral em Fevereiro, em resposta à interpelação apresentada por um deputado sobre a celebração da escritura pública de compra e venda das fracções económicas, o Governo afirmou que ia estudar soluções para os casos especiais. Já chegou a alguma conclusão? Qual é o ponto da situação?

O Deputado à Assembleia Legislativa

Si Ka Lon

27 de Março de 2014